

DESMANCHE TEM COMO ALVOS RDIDP E CARÁTER PÚBLICO DA UNIVERSIDADE

Pedro Estevam da Rocha Pomar
Editor da Revista Adusp

Reprodução/FFLCH



Momento crítico: ao lado do diretor Sérgio Adorno, Ricardo Terra apresenta à FFLCH propostas do GT-AD (20/8/15)

Reveses institucionais parecem não inibir a gestão M.A. Zago-V. Agopyan, que insiste nos planos de demolição dos pilares acadêmicos da Universidade de São Paulo: o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), a carreira docente e o caráter público e gratuito da instituição. Quer ainda a redução do corpo de funcionários via PIDV e terceirizações e o estrangulamento financeiro do HU. Agora, estrondosamente derrotadas as propostas do GT-Atividade Docente, a Reitoria cria uma “supercomissão” encarregada de propor nada menos que uma reforma do Estatuto...

Ao encerrar-se seu segundo ano de mandato, o mandarinato M.A. Zago-V. Agopyan (2014-2017) deixou razoavelmente claras suas intenções. Pretende desmontar a USP tal como a conhecemos, por meio de uma reforma regressiva dos regimes de trabalho — o alvo principal é o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) — e da carreira docente. A reforma pretendida está conjugada às perspectivas de intensificar o controle do corpo docente pela via das avaliações centralizadas e, paralelamente, conceder uma abertura ainda maior ao engajamento nas fundações privadas ditas “de apoio” à USP: é es-

te o significado da proposta de um regime de 40 horas *sem* dedicação exclusiva, acalentada pela Reitoria. O caráter público e gratuito da instituição, já deteriorado nos dias que correm, é portanto outro alvo.

Os dados da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) registram que a “indústria” de cursos pagos arrecada, na USP, quase R\$ 90 milhões por ano. Sem que a Reitoria faça mais do que exercer, via PRCEU, a fiscalização de rotina, que legitima e dá um verniz de legalidade a tal indústria. Evidentemente, as atividades das fundações privadas autoproclamadas “de apoio” não se limitam à

oferta de cursos pagos: enveredam por todo tipo de negócio e criam ou amplificam graves distorções no ambiente acadêmico. Que o diga a Fundação de Apoio à USP (FUSP), de quem falaremos ao final.

Querem ainda os mandarins, por intermédio do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) e de novas terceirizações, a redução do corpo de funcionários, que consideram superdimensionado. Desejam, igualmente, o estrangulamento financeiro do Hospital Universitário (HU), deixando ainda ao azar o futuro do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), depois de capitanearem,

de modo irregular e totalmente irresponsável, sua desvinculação da USP.

Na execução da estratégia de desmanche, o mandarinato coleciona derrotas e vitórias, cujo balanço se impõe, a esta altura dos acontecimentos. Entre as vitórias contam-se o êxito — do ponto de vista da Reitoria, bem entendido — do PIDV, que obteve a adesão de cerca de 1.500 servidores; a cooptação de ponderável parcela da comunidade da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), aparentemente convencida de que a terra contaminada depositada ilegalmente em 2010 e 2011 não oferece riscos à saúde dos frequentadores do *campus* Leste (**vide p. 87**); a citada desvinculação pelo Conselho Universitário (Co), ainda que ilegal, do HRAC.

Os reverses, é verdade, também são contundentes. A greve de 2014 foi o mais notável (*vide Revista Adusp 57*), mas dentro da própria estrutura de poder os planos da gestão defrontam-se com inesperados obstáculos. A Reitoria cultiva o hábito de criar comissões *ad hoc* e grupos de trabalho, nenhum dos quais consegue chegar a bom porto. A Comissão Assessora Especial do Conselho Universitário (Caeco), por exemplo, surgiu para formatar a reforma do Estatuto. Mas não fez avançar qualquer tema relevante e ainda teve seu presidente, professor Carlos Martins, praticamente desautorizado pelo reitor numa das reuniões do Co. Reuniões essas, por sinal, sempre conduzidas com autoritarismo por M.A. Zago, que em mais de uma ocasião deu ensejo a acusações de

machismo por conselheiras do Co — algumas das quais, pasme, tornaram-se objeto de processo disciplinar, por terem se manifestado “em voz alta” (*sic*) — e que cerceou toda tentativa de andamento mais democrático e equilibrado dos debates e dos trabalhos.

A série de reuniões extraordinárias do Co dedicadas, com base no *script* da Caeco, à reforma fatiada do Estatuto — realizadas em 3 de junho e 11 de novembro de 2014 e 7 e 14 de abril de 2015 — foi interrompida no decorrer desta última, quando manifestantes liderados pelo movimento por cotas ocuparam o local onde o colegiado se reunia (nas dependências do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, IPEN) e M.A. Zago, antes de bater em cinematográfica retirada, declarou, à moda imperial, que o processo só seria retomado em 2016 (*Informativo Adusp 398*, <http://goo.gl/6m9SoF>). Posteriormente recuou e deu início às votações.

O ácido debate entre o presidente do GT-AD, que leciona no curso de Filosofia, e seus colegas foi gravado em vídeo e publicado no site da FFLCH. A reprodução desse embate levou docentes de outras unidades a tomarem posição contra Terra

Se a Caeco redundou em fiasco, bem pior para a estratégia de desmonte da Reitoria foi o desfecho da comissão criada, no âmbito do Co, com a finalidade de equacionar os problemas do Hospital Universitário (HU) e que resultou em redondo e unânime “não” aos planos de M.A. Zago e V. Agopyan de descartar esse equipamento público de excelência (**vide p. 94**).

Igualmente ruínosa para os mandarins foi a trajetória do Grupo de Trabalho Atividade Docente (GT-AD), criado pela Portaria GR 6.545, de 30 de abril de 2014. A julgar por relatos de seus próprios integrantes, a heterogênea composição desse numeroso GT — vinte e quatro nomes, saídos da pena do reitor sem consulta a qualquer instância — e as divergências logo surgidas no seu interior, aliadas à condução nada democrática dos trabalhos, teriam inviabilizado qualquer contribuição digna de nota. A ponto de um de seus membros, o professor José Sebastião Neto, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP), proclamar em debate, em agosto de 2015, que “nem [mesmo] os documentos” oficiais falam em nome do GT-AD (*Informativo Adusp 406*, <http://goo.gl/1qLIKv>).

De qualquer modo, ainda que sem realizar debates públicos e transparentes, e esquivando-se dos insistentes convites da Adusp nesse sentido, o GT-AD presidido pelo professor Ricardo Ribeiro Terra apresentou, em junho de 2015, um esquálido relatório final, “Propostas Iniciais sobre Valorização da Docência e Avaliação”, cujo teor

causou comoção na universidade.

Avaliação quinzenal de todos os docentes, vinculada à possibilidade de mudança de regime de trabalho; integração da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) à Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e à Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA); criação de um “Regime de Tempo Integral” (RTI) com 40 horas semanais, porém sem dedicação exclusiva à universidade; criação de um outro regime que consolide o atual Regime de Turno Completo (RTC), com jornada de 32 horas; e ingresso na carreira exclusivamente em Regime de Tempo Parcial (RTP) e não mais em RDIDP, com indicação no edital do concurso do regime preferencial especificado pela unidade. Estas as principais propostas do GT-AD, quase todas rechaçadas pelas congregações, instadas pela Reitoria a se manifestarem.

Terra apresentou o documento do grupo em reunião aberta da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 20 de agosto, ocasião em que suas inconsistências foram postas a nu por muitos docentes da unidade, com destaque para a inexistência de um diagnóstico e de motivações claras para as mudanças propostas. O ácido debate entre o presidente do GT-AD, que leciona no curso de Filosofia, e seus colegas foi gravado em vídeo e publicado no site da FFLCH. A reprodução desse embate foi determinante para que muitos professores de outras unidades se inteirassem das questões em jogo e tomassem posição contra o

documento defendido por Terra. Causaram forte impacto a arrogância do presidente do GT-AD e a atitude de deboche frente aos sérios questionamentos que sofreu (*Informativo Adusp* 406, <http://goo.gl/HZXZAZ>).

No tocante ao ingresso na carreira, a finalidade da mudança é permitir à Reitoria punir o docente em RDIDP cujo desempenho seja considerado insatisfatório, impondo sua transferência de regime. O mecanismo, inspirado no modelo vigente na Unicamp, foi assim descrito por Terra: “O docente é aprovado e quando assina o contrato começa a receber em RDIDP. Qual a consequência disso? O docente pode perder o RDIDP a qualquer momento da carreira. A razão é clara. É poder rebaixar [de RDIDP para RTP]. [É permitir que] Alguém que absolutamente não tem proficiência, seja rebaixado”.

“De modo ilegal a USP transfere alguém do regime de experimentação do RDIDP para RTP ou RTC. Isso fere a estabilidade no emprego, fere o princípio constitucional da irredutibilidade nos salários”, sintetizou o professor Ciro Correia

A progressão horizontal na carreira seria mantida, passando a vincular-se à avaliação quinzenal. O docente com desempenho “excepcional” viria a ser agraciado com a progressão, ao passo que o docente cujo desempenho seja considerado insatisfatório “poderá ter seu regime de trabalho alterado”, implicando rebaixamento salarial. “De modo absolutamente ilegal, a USP transfere alguém do regime de experimentação do RDIDP para RTP ou RTC. Isso fere a estabilidade no emprego, fere o princípio constitucional da irredutibilidade nos salários, fere o pressuposto e o princípio de que o servidor público, para ter isenção na condução da sua responsabilidade pública, precisa ter estabilidade no cargo e irredutibilidade de salário”, sintetizou o professor Ciro Correia no debate “Carreira Docente em xeque” (*Informativo Adusp* 404, <http://goo.gl/7cNLdb>).

As congregações da FFLCH, da EACH, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ) e do Instituto de Física (IF) estiveram entre as que rejeitaram cabalmente as propostas do GT-AD. O Instituto de Biociências (IB) igualmente reprovou o documento. Departamentos da Faculdade de Educação (FE), da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP) e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP) também o fizeram.

A Congregação da FFLCH considerou por unanimidade que o documento do grupo “possui bases pouco sólidas, devido à ausência de diagnóstico amplo e fundamentado

Fotos: Daniel Garcia



14 de abril de 2015: reitor M.A. Zago bate em retirada do IPEN...



... puxado por uma funcionária e apoiando-se na pró-reitora Maria Arminda

que explicita sua real necessidade e objetivos”, e que o RDIDP “é condição necessária para que o tripé de atividades que possibilita a efetiva promoção dos fins da Universidade — ensino, pesquisa e extensão — seja exercido com qualidade”. A proposta de criação do RTI, sem a obrigatoriedade de vínculo empregatício exclusivo com a USP, implicaria “perigosa precarização do trabalho docente”.

Quanto ao ingresso em RTP, mesmo com a indicação no edital de outro regime preferencial, “indica um direcionamento para um tipo de universidade muito próximo ao das instituições de ensino superior privadas que, para atender às exigências mínimas do MEC [Ministério da Educação], mantêm cotas rígidas de professores conforme o regime de trabalho (horistas, tempo parcial e jornada integral), cabendo

a cada um deles um papel diferenciado na instituição”.

A Congregação da EACH, por sua vez, pronunciou-se expressamente “contrária ao teor do documento” do GT-AD, por entender, como a FFLCH, que “não apresenta qualquer diagnóstico sobre a situação dos docentes da universidade e seus regimes de trabalho ou a situação da avaliação docente”, mas também por “falta de transparência na construção do documento” e por viver-se um “momento inoportuno de crise financeira, que esta universidade enfrenta com corte de gastos inclusive nas atividades fins da universidade”. A EACH levou em conta, ainda, “que os docentes, desta unidade em particular, sofrem de uma grande sobrecarga de atribuições”, e que o GT-AD deixou de apresentar “qualquer outro instrumento complementar para atingir os supostos objetivos”.

“Diante das imprecisões e dos riscos existentes nas propostas apresentadas pelo GT Atividade Docente, os docentes do IB rejeitam o atual documento e requerem que qualquer discussão sobre regime de trabalho e avaliação docente e institucional seja baseada em dados e estudos aprofundados”

O IB encampou análise elaborada por uma comissão constituída no âmbito da Congregação, segundo a qual o “único vínculo lógico” entre as premissas que supostamente orientaram o GT-AD e as propostas apresentadas é o da “contradição”. Por exemplo: “tratar o RDIDP, que é um regime de trabalho, como uma gratificação por desempenho” contradiz a valorização da carreira docente — um dos objetivos do grupo, segundo a portaria GR 6.545. Dados irrefutáveis: a USP conta hoje com 88% de seus docentes em RDIDP, sendo “notória, no Brasil, a correlação entre a qualidade da pesquisa, ensino e extensão das universidades e a proporção de seus quadros em dedicação exclusiva”, o que explica o fato de que, embora os docentes da USP representem 1,6% dos docentes universitários do país, “eles são responsáveis por 25% da produção científica nacional”.

A conclusão do texto do IB é categórica: “Diante das imprecisões e dos riscos existentes nas propostas apresentadas pelo GT Atividade Docente, *os docentes do IB rejeitam o atual documento* [em destaque no original] e requerem que qualquer discussão sobre regime de trabalho e avaliação docente e institucional seja baseada em dados e estudos aprofundados que embasem uma análise crítica de novas propostas” (<http://goo.gl/kLtxCg>).

Outra severa crítica às propostas do GT-AD partiu de um grupo de professores da Faculdade de Direito (FD). Principiam por questionar as alegações oficiais a propósito do pretendido RTI: “A justificativa dada pelo GT é sucinta e pouco



Na saída do prédio, recebe a proteção de guardas e seguranças...



... e se encaminha, célere, até o carro que o espera

convincente. Apenas afirma-se que esse seria o regime daqueles que trabalham em tempo integral na Universidade, com engajamento institucional, mas com a possibilidade de assumir compromissos externos. A justificativa, como se vê, não é uma justificativa, mas uma descrição do que seria o regime”.

Assinado pelos professores Virgílio Afonso da Silva, Jean Paul Veiga da Rocha, Conrado Hübner

Mendes e Diogo R. Coutinho, o texto avalia que não há razão para ampliar o número de regimes de trabalho. Propõe, ao contrário, que eles sejam reduzidos a dois: tempo parcial e dedicação exclusiva. “A criação do RTI em uma atividade profissional cuja carga horária cotidiana não pode ser controlada, como é a atividade acadêmica, apenas faria com que todos os docentes que hoje são RTC (ou

Fotos: Daniel Garcia



Em meio a pequena confusão, o reitor prepara-se para embarcar



Carro do reitor deixa o local, sob protestos

ao menos uma parcela significativa deles) migrassem para o RTI, com impacto financeiro sem consequente alteração no perfil desses docentes”, argumentam. “Afim, por que receber vencimentos menores (RTC) se é possível receber vencimentos maiores (RTI) dado que a jornada de trabalho não pode ser controlada?”

Ademais, acrescentam os autores, “a depender de quão atrativos

forem os vencimentos do docente em RTI”, muitos dos hoje contratados em RDIDP poderiam migrar para o RTI, de tal modo que a USP “estaria fomentando uma transformação claramente negativa em seu quadro docente ao incentivar que seus professores e pesquisadores dividam seu tempo entre a universidade e outras atividades (incluindo o envolvimento com instituições rivais)”. Para eles, não há justificativa

institucional sólida para tal reforma. “A elite acadêmica internacional não é composta por professores com dois ou três empregos, mas por professores que se dedicam a uma única atividade”.

Assim, de todos os quadrantes e latitudes da universidade partiram duríssimas críticas às propostas do grupo presidido por Terra. Que talvez possam ser resumidas, abstraindo-se diferenças conceituais entre elas, neste singelo porém devastador trecho da manifestação do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da FE: “Após a necessária fundamentação, explicitação dos modelos e fontes pesquisadas, explicitação da metodologia utilizada, poderemos começar a discutir essa temática em um patamar adequado a uma universidade como a USP”.

Um restrito time, composto por docentes da absoluta confiança do reitor, portanto uma supercomissão para o que der e vier. Dois diretores de unidades controladas por fortíssimas fundações privadas: FMRP e FEA. A procuradora geral da universidade, autora de longo parecer favorável à oferta de cursos pagos

Visto que os ataques ao RDI-DP não convenceram nem mesmo alguns setores que se pautam pela meritocracia, a aventura do GT-AD revelou-se um constrangimento para a gestão M.A. Zago-V. Agopyan. A Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), que retomou seu caráter inquisitorial, tendo a presidido-a o afável professor Luiz Nunes, mais uma vez voltou a enfrentar resistências, como a da Adusp, que chamou os docentes a se defenderem dos abusos de poder praticados pela comissão. Que fazer, portanto? Como colocar em movimento novamente a engrenagem antiRDIDP? Simples, resolveram os mandarins: criando-se uma nova comissão, com mais poderes.

Eis que surge, no *Diário Oficial do Estado de São Paulo* de 5/9/15 (Poder Executivo, Seção I, p. 65), portaria do reitor M.A. Zago que designa os professores Carlos Gilberto Carlotti Júnior (FMRP, presidente), Adalberto Américo Fischmann (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade), Carlos Alberto Ferreira Martins (Instituto de Arquitetura e Urbanismo), José Rogério Cruz e Tucci (FD), Maria Paula Dallari Bucci (FD), Ricardo Terra (FFLCH) e Victor Wüncch Filho (Faculdade de Saúde Pública), atribuindo-lhes a “incumbência de analisar e propor alterações estatutárias e regimentais no âmbito da USP”.

Um restrito time, composto por docentes da mais absoluta confiança do reitor, portanto

uma supercomissão para o que der e vier. Dois diretores de unidades controladas por fortíssimas fundações privadas: a FMRP (Faepa) e a FEA (FIA, Fipe e Fipecafi). A procuradora geral da universidade, autora de longo parecer favorável à oferta de cursos pagos, à revelia da Constituição Federal. E os (ex?) presidentes de dois grupos atropelados no caminho, a Caeco e o GT-AD, que ganham contudo nova oportunidade de demonstrar fidelidade à Reitoria.

Assim, “agora que o GT-AD se vê deslegitimado face ao volume e à contundência das críticas ... à inconsistência das ‘propostas’ por ele rascunhadas, a Reitoria, em novo ato monocrático, nomeia outra comissão”, denuncia o editorial do *Informativo Adusp* 407 (<http://goo.gl/yeM6fs>). “Desta vez, com poderes para substituir seja o processo coordenado pela Caeco no Co, seja o devido trâmite das manifestações das unidades às ‘propostas’ do GT-AD, atribuindo-lhe a tarefa de selecionar ou descartar ao seu bel-prazer qualquer item, questão ou proposta que derive, ou não, de todo esse inconcluso processo”.

Não há dúvida, adverte a Adusp no editorial, que tal proceder “poderá levar propostas à deliberação do Co — como se sabe, já minado por conflitos de interesse e enormes distorções na sua composição — sem que tenham sido amplamente discutidas, o que caracteriza *mais um golpe contra o corpo da universidade* e um atraso no aprimora-

mento da USP, que precisa ser rechaçado!”

E la nave va. A FUSP abriga licitações de fachada, servindo de intermediária para a contratação de empresas pertencentes a docentes? Tudo será investigado e com transparência, promete o reitor, ao designar para dirigir a entidade privada um funcionário público, o professor José Drogowich, superintendente de Assuntos Institucionais. M.A. Zago e dois pró-reitores continuam a integrar o conselho curador da fundação privada, como se nada tivesse acontecido.

Há corrupção na Prefeitura do *Campus* de Ribeirão Preto, envolvendo cerca de R\$ 2 milhões, e um dos envolvidos foi promovido? Bem, nada pode ser divulgado, porque o assunto é sigiloso. (O caso foi denunciado em 2013!)

O professor Jorge Boueri Filho cometeu um grave crime ambiental, ao promover transporte ilegal de 109 mil m³ de terra para a EACH, e ainda tentou convencer a comissão processante de que a terra procedia do Parque do Ibirapuera? Sim, a Reitoria concorda com as acusações. Tanto que lhe aplicou a severíssima punição de... 120 dias de suspensão.

O presente mandarinato, não resta dúvida, será lembrado por muitas décadas. Mas é bom que se cuide: caso a USP lhe sobreviva, pode ser que algum futuro reitor queira imitar o seu gesto de cassar a aposentadoria de antecessores. Tal como se tenta fazer a J.G. Rodas.